

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19.22  
SET/2023

COABE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE

**BRASILEIRO:** uma interpretação à luz da teoria social crítica<sup>1</sup>

Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira<sup>2</sup>

Daniele Correia<sup>3</sup>

Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira<sup>4</sup>

### RESUMO

Objetivamos com o presente trabalho refletir à luz da teoria social crítica e da contribuição de Ruy Mauro Marini com autores das Ciências Sociais, alguns elementos constitutivos das expressões da questão social no capitalismo dependente inscrito no contexto latino-americano, com foco na materialidade brasileira. Metodologicamente realizamos o levantamento bibliográfico sobre o tema, de modo a dialogarmos com autores que pensam criticamente a relação entre dependência e expressões da questão social, no marco latino-americano, e especialmente, o brasileiro. Destaca-se do trabalho que as expressões da questão social em países como Brasil se aprofundam com a dependência que se materializa pela superexploração da força de trabalho; financeirização das políticas sociais e submissão do fundo público aos interesses capitalistas.

**Palavras-chave:** Questão Social. Dependência. Brasil.

### ABSTRACT

The objective of this work is to reflect, in the light of critical social theory and the contribution of Ruy Mauro Marini with authors from the Social Sciences, some constitutive elements of the expressions of the social question in dependent capitalism inscribed in the Latin American context, with a focus on Brazilian materiality. Methodologically, we carried out a bibliographic survey on the subject, in order to dialogue with authors who think critically about the relationship between dependence and expressions of the social question, in the Latin American framework, and especially in Brazil. It stands out from the work that the expressions of the social question in countries like Brazil deepen with the dependence that materializes by the overexploitation of the workforce; financialization of social policies and submission of public funds to capitalist interests..

**Keywords:** Social Question. Dependency. Brazil.

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

<sup>2</sup> Mestre e Doutorando em Ciências Sociais pela UFCG. E-mail: kleiton\_wagner@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestra em Serviço Social pela PUC/SP. Doutoranda em Saúde Pública pela FSP/USP. E-mail: daniele.correia@usp.br

<sup>4</sup> Professora substituta do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutora em Serviço Social pela UFRN. E-mail: vivianoliveirajp@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



## INTRODUÇÃO

A reflexão sobre as expressões da questão social demanda o primeiro exercício de buscar compreender os dinamos endógenos e exógenos que congregaram em nossa formação econômico-social, características peculiares que diferenciam como o capitalismo se materializou no território brasileiro. Esta discussão reflete, do ponto de vista da concretude dos problemas sociais, os limites de arranjos institucionais das políticas públicas, demarcando a inexistência de um Estado de bem-estar social na periferia do capitalismo (LESSA, 2013). Desse modo, entendemos que a formação econômico-social representa a designação de distintas relações sociais de produção complexas, que se articulam de modo a serem hegemônicas por uma dessas (DHOQUOIS, 1982).

Conforme nos lembra Marx em sua *Contribuição à Crítica da Economia Política*, em todas as sociedades existe uma forma de produção que atribui e influencia todas as outras, implicando numa forma geral em que subsume todas as outras particulares (MARX, 2008). No caso brasileiro contemporâneo, entendemos que sua formação econômico-social apresenta o modo de produção capitalista, como hegemônico, e sua própria história está vinculada à constituição desse modo de produção nas formações centrais da Europa, mediante o processo de colonização. Essa dinâmica implicou numa inserção dependente e periférica, na totalidade das cadeias globais de produção do capitalismo, salientando que esse modo de produção foi o primeiro a se internacionalizar, se tornando hegemônico. O caso brasileiro, assim como o da América Latina tem essa especificidade, especialmente quando refletimos sobre os tipos de revoluções burguesas que se processaram na região, que foram distintas dos processos políticos que ocorreram em países como França e Inglaterra (FERNANDES, 1981; 2020; MAZZEO, 2015).

Na América Latina, a análise dessa especificidade apresentou na Teoria Marxista da Dependência (TMD) com Ruy Mauro Marini (1932–1997); Vânia Bambirra (1940–2015); e Theotônio dos Santos (1936–2018), contribuição seminal

PPGPP  
30 ANOSIOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22  
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

ao entendimento das formações econômico-sociais que compõem a região (LUCE, 2018; TRASPADINI; STEDILE, 2005). Para Marini, na América Latina a formação do capitalismo teve um processo *sui generis*, que só pode ser compreendido ao entendermos o modo de produção capitalista no marco da totalidade, tanto ao nível nacional, mas também internacional.

Partindo desse pressuposto, o presente trabalho objetiva refletir à luz da teoria social crítica e da contribuição de Marini em diálogo com outros autores, alguns elementos constitutivos das expressões da questão social no capitalismo dependente inscrito no contexto latino-americano, com foco no caso brasileira. Para tanto, este trabalho está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais: a primeira discutirá a formação econômico-social dependente brasileira; a segunda traz a discussão da superexploração da força de trabalho, categoria de análise elementar da TMD, relacionando-a com o conceito de fundo público, e por fim, a terceira seção discutirá a centralidade da política de assistência social brasileira e sua relevância como mecanismo de reprodução da força de trabalho.

## 1 FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DEPENDENTE BRASILEIRA

É verdade que, ao olharmos a interconexão histórica nas formações centrais do capitalismo, em paralelo com os territórios colonizados pelos europeus, especialmente a América Latina, perceberemos que a inserção subordinada à integração do mercado capitalista mundial torna os países do subcontinente vinculados diretamente às metrópoles, sem que isso promovesse uma integração latino-americana, em especial, devido ao padrão que se estabeleceu de exportação de bens primários em troca de manufaturas de consumo. Nossa inserção no sistema capitalista internacional responderá às exigências da passagem para a mais-valia relativa nas formações centrais (MARINI, 2005). Essa exigência implica, em países como o Brasil, não em um aumento da produtividade ou desenvolvimento

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSIOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22  
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

das forças produtivas, a tal modo que se iguale às formações centrais, mas no aprofundamento do grau de dependência, superexploração da força de trabalho, e na relação entre o trabalho excedente e o trabalho necessário.

A função que coube, nos marcos globais do capital, a países como Brasil, foi prover os países industrializados de bens primários de modo que esse processo implicou numa redução do valor da força de trabalho nessas formações, influenciando no incremento da produtividade e em taxas de mais-valia elevadas (MARINI, 2005). A esse modo, pressões endógenas para o atendimento das demandas dos capitalistas das formações econômico-sociais centrais, implicaram, além de uma dependência vinculada ao próprio desenvolvimento das forças produtivas, com debilidade tecnológica, no aprofundamento das expressões da questão social (PAULO NETTO, 2001) que passam a se reproduzirem com mais ênfase na medida em que há a conformação da superexploração da força de trabalho com à incapacidade do Estado capitalista e das frações de classes da burguesia de formações como a brasileira, proverem políticas de compensação e de salário indireto (PAIVA; OURIQUES, 2006).

No Brasil, esse fenômeno se materializa, por exemplo, na conformação de uma democracia restrita pautada na autocracia burguesa sobre as classes trabalhadoras e grupos subalternos. Uma burguesia débil, dependente e associada ao capital internacional suplantou em distintos momentos históricos a possibilidade de uma “democracia burguesa”, ou regime político republicano mediante tentativas e golpes de Estado, impedindo qualquer iniciativa das classes trabalhadoras. Mesmo após a ditadura empresarial-militar inaugurada em 1964, e a conformação da sétima república em 1988, o país se viu submetido aos ditames do neoliberalismo, das contrarreformas e da impossibilidade de garantir uma Seguridade Social efetiva, que atendessem as reais necessidades dos trabalhadores (NOGUEIRA, 2020).

A contrarreforma estatal realizada nos governos de Fernando Henrique Cardoso, passando pelo social-liberalismo do Partido dos Trabalhadores (PT) (CASTELO, 2011), e aprofundadas pelo golpe parlamentar-institucional-midiático de

PROMOÇÃO



APOIO



2016, fortaleceu a agenda neoliberal com o governo Temer e posteriormente com Bolsonaro, aumentando não apenas os níveis de desemprego com a contrarreforma trabalhista que atesta a precarização do trabalho como regra, mas o desfinanciamento na saúde pública; o ataque ao meio ambiente e recursos naturais, povos autóctones; população negra e LGBTQIAP+ (MIGUEL, 2021; HOCHSPRUNG MIGUEL, 2022; MENDES; MELO; CARNUT, 2022).

Se na aparência esses ataques se revestem de uma retórica associada à necessidade de ajuste fiscal para organização das contas domésticas, diminuição da dívida pública e controle inflacionário, em essência elas representam o ataque frontal contra os direitos sociais daqueles que vivem do trabalho, imprimindo no Brasil o aprofundamento das manifestações da questão social e da superexploração da força de trabalho, como veremos a seguir.

## 2 FUNDO PÚBLICO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O fundo público é uma categoria central para a compreensão do *modus operandi* da fase contemporânea do capitalismo, num contexto de crise estrutural e pandêmica, é evidente a centralidade do fundo público no amortecimento dos efeitos deletérios e imediatos dessa crise, rotando contrariamente à tendência declinante da taxa de lucro, numa configuração de blocos de hegemonia política frente à instabilidade econômica e política permanentes na disputa acirrada por sua formação e destinação (BEHRING, 2010).

Fundamentando e adensando o debate sobre a categoria fundo público, a partir da crítica marxista da economia política, ou seja, de sua relação com a lei do valor e o processo de acumulação de capital, veremos que em meio às polêmicas, todas no campo da teoria crítica, é possível vislumbrar ao menos um grande consenso: a centralidade crescente do fundo público como expressão da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção.

Na particularidade brasileira, de capitalismo dependente, o fundo público obteve outros contornos e, de modo mais restritivo e em outro tempo histórico, conquistou avanços aquém das já limitadas que ocorreram na experiência social dos países europeus. Logo, a construção tardia de uma sociedade fundada na superexploração da força de trabalho e um processo de industrialização insuficiente para assegurar a utilização plena da força de trabalho, reproduzindo ocupações precárias, delinea característica própria das economias latino-americanas.

Segundo Mendes (2014, p. 1185), “o padrão de dominação, acumulação e distribuição capitalista brasileiro difere dos países capitalistas centrais, realizando-se por meio de trajetória histórica de concentração de renda”, com uma maior intervenção econômica do Estado na reprodução do capital em detrimento de investimento na reprodução da força de trabalho. Contudo, a criação do fundo público materializado no Orçamento da Seguridade Social (OSS) passa a representar uma capacidade de alteração nesse padrão de financiamento para proteção social, fundado na reprodução da força de trabalho, articulado com as políticas sociais como aspectos estruturais do capitalismo (MENDES, 2014).

Sendo assim, adverte Oliveira (1998), o fundo público é carregado a se portar como um antivalor, no sentido de que a produção do excedente social passa a assumir outras formas necessárias à sua lógica de expansão. Todavia, Behring e Boschetti (2006) reconhecem a importância do fundo público como mecanismo de financiamento para a reprodução do capitalismo, mas não caracterizam nele a presença de antivalor, que em suas considerações, participa direta e indiretamente do ciclo de produção e reprodução do valor mesmo que ele não seja gerador direto de mais-valia, “sustentando num processo dialético a reprodução da força de trabalho e acumulação do capital, socializando os custos de produção e agilizando os processos de realização da mais-valia, base da taxa de lucros” (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 176).

Portanto, consensuamos que o fundo público, como base de sustentação material das políticas sociais em circuito ampliado do valor, tendo em vista

PPGPP  
30 ANOSIOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22  
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

contrarrestar a queda da taxa de lucros (BEHRING, 2010), é objeto de disputa permanente pelas classes incidindo no processo de produção e reprodução social, ainda que numa correlação de forças desfavorável à classe trabalhadora, prevalecendo os interesses do capital.

Desse modo, as condições materiais de produção e de reprodução social que se expressam em contradições e particularidades históricas, ocupando a América Latina um lugar dependente, ancoram-se numa inserção subordinada e expropriada no interior da ordem mundial capitalista, em que a propriedade privada e a apropriação desigual da riqueza socialmente construída estão assentadas na superexploração da força de trabalho (MARINI, 2013). A superexploração da força de trabalho é uma categoria fundamental da dependência, representando um traço constitutivo das economias latino-americanas, estruturadas em jornadas de trabalho extensas e níveis salariais abaixo das economias dominantes. Em suma, a superexploração da força de trabalho possui três pressupostos intrínsecos: I) passam pelo prolongamento da jornada de trabalho; II) intensificação do trabalho na jornada; e III) redução do salário abaixo do valor da força de trabalho. Entretanto, a superexploração da força de trabalho não se resume à elevação da produtividade ou aumento e intensificação da jornada, constitui uma categoria inédita por fincar-se no sistema de acumulação das economias dependentes, tendo como materialidade o tecido social latino-americano (MARINI, 2000).

Não se trata de falta de desenvolvimento capitalista, ao passo que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento não são processos desvinculados nem um *continuum* separado pelo tempo e superável por políticas econômicas e sociais. A industrialização em si, sem a ruptura com as estruturas socioeconômicas dominantes e com o capitalismo é incapaz de levar à superação das enormes e diversas desigualdades em nossas formações econômico-sociais. A condição econômico-social latino-americana não se dá pela falta de capitalismo, pois é uma maneira particular em que ele se reproduz, na qual as classes dominantes procuram compensar sua desvantagem na competição intercapitalista, superexplorando os

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSIOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19.22  
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

trabalhadores (LUCE, 2018). Nesse bojo, temos no Brasil a conquista por uma Seguridade Social somente a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), assegurando direito à saúde, previdência e assistência social, dando principalidade a esta última, na realidade brasileira, como mecanismo de reprodução da força de trabalho, que apresentaremos na próxima sessão.

### 3 A CENTRALIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E SEUS INFLUXOS SOBRE A CLASSE TRABALHADORA

Como já exposto, o contexto brasileiro nunca vivenciou uma proteção social plena, cuja conquista mais significativa no que se refere aos direitos e serviços sociais se deu através da CF/1988, atribuindo ao Estado deveres no âmbito social e dedicando aos cidadãos a possibilidade de melhores condições de existência, através dos salários indiretos.

No entanto, tratava-se de uma ambiência pouco favorável à expansão das políticas sociais, tendo em vista a crise estrutural que se alastrava mundialmente. Sobre ela, Mészáros (2002, p. 794) afirma que “crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação”. Portanto, trata-se de uma crise global, rastejante, permanente e universal, a qual expressa a incontornabilidade e irreformabilidade do capital.

Dessa forma, expansão e acumulação são as forças motrizes do capitalismo, acarretando na necessidade de respostas do próprio sistema à situação apontada. Assim, a mundialização e financeirização do capital, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo são os imperativos que passam a reger as relações sociais desde a década de 1970 e, particularmente no contexto brasileiro, a partir da década de 1990. O receituário mantém-se o mesmo: garantir maior lucratividade para o capital e suas personificações e, em detrimento disso, expropriam-se mais

PROMOÇÃO



APOIO



exacerbadamente as condições de vida e trabalho da classe subalterna (YAZBEK, 2001). Nas palavras de Mészáros:

[...] quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais ele libera os poderes de destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfíxiante. O conceito de economia é radicalmente incompatível com a 'economia' da produção do capital, que necessariamente causa um duplo malefício, primeiro por usar com desperdício voraz os limitados recursos do nosso planeta, o que é posteriormente agravado pela poluição e pelo envenenamento do meio ambiente humano, decorrentes da produção em massa de lixo e efluentes. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1010).

Outrossim, esse movimento de mundialização financeirizada trouxe impactos sobre a seguridade social brasileira, a qual passou por um processo de assistencialização das políticas sociais (Mota, 2008), com a privatização e mercantilização das políticas de saúde e previdência, momento em que ocorre uma ênfase na assistência social, assumindo um caráter compensatório. Ora, se com a CF/1988 a seguridade mesclava universalidade e seletividade, distributividade e redistributividade, gratuidade e contributividade, centralização e descentralização (Boschetti, 2000), com a contrarreforma do Estado na década seguinte, embora nunca tenha sido implementada na totalidade, desmonta-se. Mota (1995, p. 121) explica que:

Na experiência fordista-keynesiana, os sistemas de seguridade social foram ampliadas por força das negociações entre empresas, sindicatos e instituições do Estado, enquanto que as experiências pós-fordistas, sob o influxo das idéias neoliberais, a tendência é de privatizar os programas de previdência e saúde e ampliar os programas assistenciais, em sincronia com as mudanças no mundo do trabalho e com as propostas de redirecionamento da intervenção do Estado.

Interligada a isso, ocorre a refilantropização da “questão social” (YAZBEK, 2004), resgatando um velho traço da nossa formação econômico-social dependente: as práticas de caridade, chamando novos sujeitos sociais para a intervenção, a exemplo das “empresas parceiras”, organizações não-governamentais, dentre outros. Sob o tripé da parceria, solidariedade e voluntariado, o Estado desresponsabiliza-se de suas funções e onera a sociedade civil; a política de

PPGPP  
30 ANOSIOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22  
SET/2023COABE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

assistência social passa a ser eixo estruturante e não mais mediadora de acesso às demais políticas, momento em que as manifestações de desigualdade passam a ser tratadas de forma pontual, segmentada, restritiva e focalizada.

Perante o consenso de Washington enseja-se o desfinanciamento das políticas sociais, bem como se denota a presença dos organismos multilaterais internacionais na condução de diversas políticas, a exemplo da educação e assistência. O ajuste fiscal implementado para reduzir o orçamento às políticas sociais trouxe como ônus a seletividade, centralização e pulverização da política supracitada, pois agora não é mais “para todos que dela necessita”, conforme a Constituição, mas sim “para o pobre do mais pobre”, redirecionando a relação anteriormente construída entre assistência-trabalho para assistência-pobreza, reduzindo, por conseguinte, a função e alcance dela.

A centralidade dessa política e sua ênfase nos programas de transferência de renda fazem com que se perca a dimensão do debate primordial que é a precarização das condições e relações de trabalho, bem como as maneiras de enfrentá-la, pois o esforço coevo tem sido ampliar o alcance dos programas sociais, como se eles fossem resolver as inúmeras expressões da questão social que o mundo do trabalho reestruturado e desregulamento tem implementado, recaindo no que Mota (2008) denominou de mito da assistência.

Os impactos disso para a classe subsumida aos ditames do capital são perversos, pois além dos indivíduos não receberem salários que deem conta de garantir a sua reprodução, os salários indiretos, por sua vez, estão desfinanciados e reduzidos, colocando-os na condição de superexploração da força de trabalho e do fundo de consumo, cuja condição que é particularidade da formação econômico-social passa a ser agudizada na contemporaneidade e reafirma a necessidade de organização e mobilização social, pois é através das lutas populares que conseguiremos respostas plausíveis e tangíveis não só dentro deste sistema, mas sobretudo para além dele.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22  
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 4 CONCLUSÃO

O entendimento da formação econômico-social brasileira implica o esforço de compreensão que o modo de produção capitalista se conformou mediante dinamos endógenos e exógenos. Percebemos que, o processo de colonização, a inserção nas cadeias globais de produção numa posição submissa de oferta de itens primários, além de todo o contexto de escravidão, influenciaram para uma composição dependente do capitalismo, não apenas em nosso país, mas também na América Latina. Observamos a partir das contribuições de Ruy Mauro Marini, que o marco da totalidade deve ser uma ferramenta metodológica para a compreensão dos fenômenos sociais que se apresentam em nossa formação, sobretudo no tocante a questão da dependência e do subdesenvolvimento, que o referido autor demonstrou não se tratar de uma etapa, mas de um fenômeno constitutivo na América-Latina.

Nesse sentido, a dependência e o subdesenvolvimento não se processam sem antes, atuar sobre aqueles que vivem do trabalho, implicando, como vimos, na superexploração da força de trabalho mediante o prolongamento da jornada de trabalho; intensificação do trabalho na jornada; e redução do salário abaixo do valor da força de trabalho. Essa superexploração não se processa sem a presença de uma autocracia burguesa, que dependente e associada ao capitalismo internacional das formações centrais, atua de modo a forjar um regime político blindado às necessidades concretas das classes trabalhadoras, implicando assim, no aprofundamento das expressões da “questão social” no marco da totalidade.

Esse processo influencia para que no caso brasileiro, tenhamos a inexistência de um Estado de bem-estar social, ou algo semelhante ao que ocorreu em algumas formações centrais do capitalismo após a Segunda Guerra. Diante dos escombros da ditadura militar, e da CF/1988, a seguridade social, que em tese deveria fomentar as necessidades da classe trabalhadora, acabou sendo

PROMOÇÃO



APOIO



influenciada pelo neoliberalismo mediante o Consenso de Washington, se traduzindo assim no subfinanciamento das políticas públicas, no assistencialismo e na responsabilização dos indivíduos pelas suas condições de miserabilidade.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I. et al. **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. B. **Política Social: fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2006.

BOSCHETTI, I. As Políticas Brasileiras de Seguridade Social: Assistência Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 03, Brasília, CFESS/ ABPESS/ CEAD/ NED/ UnB, 2000.

CASTELO, R. **O social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI**. Tese (doutorado). — Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2011. UFRJ/ESS/Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2011. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/artigos/tese-o-social-liberalismo-1/view>. Acesso em: 26 abr. 2023.

DHOQUOIS, G. La formación económico-social como combinación de modos de producción. **Cuadernos Pasado y Presente**, n. 39, p. 185–189, 1982.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 6ª ed. São Paulo: Contracorrente, 2020.

LESSA, S. **Capital e estado de bem-estar** : o caráter de classe das políticas públicas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LUCE, M. S. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARX, K. **Contribuição à crítica da Economia Política**. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

MARINI, R. **Dialética da dependência**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

IOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19.22  
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI; Roberta; STEDILE (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2005, pp. 137-181.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 2013.

MAZZEO, A. C. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. Boitempo Editorial, 2015.

MENDES, Á. O fundo público e os impasses do financiamento da saúde universal brasileira. **Saúde Soc.** São Paulo, v.23, n.4, p.1183-1197, 2014.

MENDES, Á.; MELO, M. A.; CARNUT, L.. Análise crítica sobre a implantação do novo modelo de alocação dos recursos federais para atenção primária à saúde: operacionalismo e improvisos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 2, p. e00164621, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/RzCN3QfmZthv6GBQQfNQHsQ/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 26 abr. 2023.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

HOCHSPRUNG M, J. C. A “meada” do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 37, n. 1, p. 293–315, jan. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wCDHY4RdNWSBZC5m6Q7fpBx/#>. Acesso em: 26 abr. 2023.

MIGUEL, L. F.. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 62, p. e216216, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CsFcz5vm5bLShxPN3LHDYkk/#>. Acesso em: 26 abr. 2023.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social: Um estudo sobre as tendências de previdência e assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, A. E. **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008.

NOGUEIRA, K. W. A. da S. **O gerencialismo na saúde pública: uma análise sobre o programa de melhoria do acesso e da qualidade na atenção básica à saúde**. 2020. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Pós-Graduação em Ciências

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

IOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19.22  
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2020. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/12487>. Acesso em: 26 abr. 2023.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAIVA, B. A. de; OURIQUES, N. D. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte?. **Revista Katálysis**, v. 9, n. 2, p. 166–175, jul. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/GLKVhgtxXMX7QQWzysmhdK/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 26 abr. 2023.

PAULO NETTO, J. Cinco notas a propósito da 'Questão Social'. **Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n.3 (jan/jul, 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001, pp. 41-50. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_questao\\_social-201804131245276705850.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf). Acesso em: 3 maio 2023.

ROJAS, G. A. **Os socialistas na Argentina (1880–1980)**: Um século de ação política. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-25052007-151218/pt-br.php>. Acesso em: 25 abr. 2023.

TRASPADINI, R.; STEDILE. Introdução. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, pp. 17–136.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: Expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - Ano. 2, n. 3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001, p. 33-40.

YAZBEK, M. C. As ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 77, São Paulo: Cortez, 2004.

PROMOÇÃO



APOIO

